

Cândida da Silva Antunes Pires

Professora Associada
Faculdade de Direito
Universidade de Macau

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

**Disciplina semestral do 4.º ano do
Curso de Licenciatura em Direito em Língua Portuguesa
(Segundo Semestre)**

Ano lectivo de 2017/2018

PROCESSO EXECUTIVO

PROGRAMA

Introdução

- I – Plano da disciplina
- II – Bibliografia e instrumentos de estudo
- III – Fontes legais
- IV – Importância teórica e prática da matéria

Parte I

Teoria Geral da Acção Executiva

Capítulo I

Conceito e fins da acção executiva

1. A acção executiva e as classificações gerais do processo civil
2. A classificação legal das acções executivas. Espécies e finalidade de cada uma

Capítulo II

Pressupostos processuais da acção executiva

3. Generalidades. Pressupostos gerais e pressupostos específicos

4. Os pressupostos específicos da acção executiva

4. 1. Pressupostos de carácter formal

O título executivo

4. 1. 1. Noções gerais

4. 1. 2. Natureza jurídica

4. 1. 3. Evolução histórica dos títulos executivos: tendências mais recentes no processo civil de raiz portuguesa

4. 1. 4. Classificação dos títulos executivos

a. Títulos executivos judiciais

i. Sentenças condenatórias (judiciais e arbitrais)

ii. Sentenças de revisão de decisões proferidas por tribunais ou árbitros do exterior de Macau

iii. Sentenças homologatórias de actos das partes

b. Títulos executivos extrajudiciais

i. Documentos exarados ou autenticados por notário. Escrituras públicas. Testamentos públicos. Instrumentos avulsos

ii. Documentos particulares não autenticados

iii. Títulos especiais

iv. Documentos exarados fora de Macau

4. 1. 5. Consequências da falta de título executivo ou da sua inexecutabilidade

4. 1. 6. Uso desnecessário da acção declarativa. Evolução mais recente no direito positivo de Macau

4. 2. Pressupostos de carácter material

Certeza e exigibilidade da obrigação

4. 2. 1. Noção de certeza

4. 2. 2. Noção de exigibilidade

4. 2. 3. Obrigações alternativas

4. 2. 4. Obrigações genéricas

4. 2. 5. Obrigações condicionais

4. 2. 6. Obrigações dependentes de prestação

4. 2. 7. Diligências preliminares relativas a estes pressupostos

Liquidez da obrigação

- 4. 3. Os conceitos de "certeza" e de "liquidez" da obrigação. Traços distintivos, qualitativos e quantitativos
- 4. 4. Modalidades de liquidação da obrigação exequenda
 - 4. 4. 1. Liquidação por simples cálculo aritmético
 - 4. 4. 2. Liquidação não dependente de simples cálculo aritmético: liquidação pelo tribunal e liquidação por árbitros
- 4. 5. Consequências da iliquidez da obrigação exequenda

Capítulo III

Pressupostos processuais gerais na acção executiva

- 5. Enumeração
- 6. Competência do tribunal
- 7. Legitimidade das partes
 - 7. 1. Quem tem legitimidade como exequente e como executado
 - 7. 1. 1. Pessoas que figuram no título ou seus sucessores
 - 7. 1. 2. Terceiros possuidores de bens onerados
 - 7. 1. 3. Terceiros contra quem a sentença exequenda tem força de caso julgado
 - 7. 1. 4. Ministério Público
 - 7. 1. 5. Consequências da falta de legitimidade. Eventualidade de sanção
 - 7. 2. Pluralidade de partes (legitimidade plural)
 - 7. 2. 1. *Litisconsórcio*
 - 7. 2. 1. 1. Inicial ou originário
 - 7. 2. 1. 2. Sucessivo ou subsequente
 - 7. 2. 2. *Coligação* de exequentes e/ou de executados
 - 7. 3. Consequências da preterição do litisconsórcio necessário e da coligação ilegal
- 8. Patrocínio Judiciário obrigatório
- 9. Interesse processual

Capítulo IV

Formas de processo executivo

- 10. Modalidades e formas de processo executivo
- 11. Regime legal das várias modalidades e formas de execução

Capítulo V

Tramitação do processo executivo

Processo comum de execução para pagamento de quantia certa na forma ordinária

- 12. 1. Âmbito de aplicação
- 12. 2. Fases do processo. Sequência e função de cada uma delas
- 13. Fase dos articulados
 - 13. 1. Requerimento inicial do exequente: requisitos de forma e de conteúdo
 - 13. 2. Despacho liminar
 - 13. 2. 1. Fundamentos do indeferimento liminar. Indeferimento liminar parcial
 - 13. 2. 2. Citação do executado
 - 13. 3. Oposição à execução. Os embargos de executado e seus fundamentos
- 14. Fase da penhora
 - 14. 1. Noção de penhora
 - 14. 2. Objecto da penhora
 - 14. 3. Causas legais de impenhorabilidade e sua abrangência
 - 14. 4. Casos de extensão da penhora
 - 14. 5. Tramitação da fase da penhora
 - 14. 5. 1. Nomeação dos bens
 - 14. 5. 2. Despacho a ordenar a penhora e seu conteúdo
 - 14. 5. 3. Efectivação da penhora
 - 14. 5. 4. O depositário como auxiliar processual. Seus direitos e deveres
 - 14. 5. 5. Publicidade da penhora
 - 14. 6. Função e efeitos da penhora
 - 14. 6. 1. Transferência dos poderes de gozo da coisa ou direito penhorado
 - 14. 6. 2. Preferência do exequente na graduação de créditos
 - 14. 6. 3. Ineficácia relativa dos actos de disposição da coisa ou direito, subsequentes à penhora

- 14. 7. Oposição à penhora. Meios e seus fundamentos
- 14. 8. Levantamento da penhora

- 15. A convocação de credores e a verificação dos créditos
 - 15. 1. Noção e finalidades deste apenso
 - 15. 2. Configuração jurídica do concurso de credores
 - 15. 3. Reclamação e verificação dos créditos
 - 15. 3. 1. Enunciação dos pressupostos específicos da reclamação dos créditos
 - 15. 3. 2. Garantias reais e semelhantes
 - 15. 3. 3. Título executivo
 - 15. 3. 4. Certeza e liquidez da obrigação
 - 15. 4. Tramitação do apenso de convocação dos credores
 - 15. 4. 1. Sequência das fases
 - 15. 4. 2. Citação dos credores privilegiados
 - 15. 4. 3. Articulados
 - 15. 4. 4. Instrução
 - 15. 4. 5. Sentença de verificação e graduação dos créditos reclamados.
As regras substantivas da graduação dos créditos

- 16. Fase do pagamento
 - 16. 1. Formas de pagamento
 - 16. 1. 1. Entrega de dinheiro
 - 16. 1. 2. Adjudicação de bens penhorados
 - 16. 1. 3. Consignação de rendimentos de bens penhorados
 - 16. 1. 4. Pagamento pelo produto da venda dos bens penhorados

- 17. A venda executiva
 - 17. 1. Modalidades da venda
 - 17. 2. Publicidade e direito de preferência
 - 17. 3. Efeitos da venda
 - 17. 4. Invalidade da venda

- 18. Extinção da execução
 - 18. 1. Causas de extinção da execução
 - 18. 1. 1. Enumeração
 - 18. 1. 2. Extinção da obrigação exequenda
 - 18. 1. 3. Outras causas de extinção da execução
 - 18. 2. Sentença a declarar extinta a execução

- 19. Casos de anulação da execução e de renovação da execução extinta

O processo comum de execução para pagamento de quantia certa na forma sumária

- 20. Âmbito de aplicação
- 21. Diferenças de tramitação relativamente à forma ordinária

O processo comum de execução para entrega de coisa certa

22. Forma ordinária

- 22.1. Âmbito de aplicação
- 22. 2. Tramitação. Sequência das fases
- 22. 3. Casos de conversão (ou convalidação) da execução

23. Forma sumária

O processo comum de execução para prestação de facto

- 24. Generalidades
- 25. Modalidades da prestação de facto
 - 25. 1. Execução para prestação de facto positivo. Tramitação
 - 25. 2. Execução para prestação de facto negativo. Tramitação

BIBLIOGRAFIA

Portuguesa

- I. **ALBERTO DOS REIS, José**
 - 1. “Código de Processo Civil Anotado”, 6 vols.;
 - 2. “Comentário ao Código de Processo Civil”, 3 vols.;
 - 3. “Processo de Execução”, 2 vols.;
 - 4. “Processos Especiais”, 2 vols. (Coimbra Editora, Lda.).
- II. **ANSELMO DE CASTRO, Artur**
“A Acção Executiva Singular, Comum e Especial”, Coimbra Editora, Lda, 1997.
- III. **ANTUNES VARELA, João de Matos**
Manual de Processo Civil, 2.^a edição (maxime pp. 73 a 96), Coimbra Editora, Lda., 1985.

- IV. **CASTRO MENDES, João de**
Direito Processual Civil, 3.º vol., edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1986.
- V. **GARCIA, Maria Olinda**
A Responsabilidade do Exequente e de Outros Intervenientes Processuais – Breves Considerações, Coimbra Editora, 2004.
- VI. **LOPES CARDOSO, Eurico**
Manual da Acção Executiva, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
- VII. **REMÉDIO MARQUES, J. P.**
Curso de Processo Executivo Comum – À face do Código revisto - SPB – II Editores, Lda., Porto, 1998.
- VIII. **RODRIGUES BASTOS, Jacinto**
Notas ao Código de Processo Civil (vol. IV), Lisboa 1984.
- IX. **LEBRE DE FREITAS, José**
A Acção Executiva – À luz do Código revisto - 2.ª edição, Coimbra Editora, 1997.
- X. **MARQUES DA SILVA, Germano**
Curso de Processo Civil Executivo - Acção Executiva Singular, Comum e Especial – Universidade Católica Editora, Lisboa, 1995.
- XI. **PIRES, Cândida da Silva Antunes / Lima, Viriato Manuel Pinheiro de Lima**
Código de Processo Civil de Macau – Anotado e Comentado, vols. I e II. Instituto de Estudos Jurídicos Avançados da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, 2006 e 2008.

De outros países

1. **LIEBMAN**
Manuale di Diritto Processuale Civile, vols. I e II, Giuffrè, Milão, 1982.
2. **J. VINCENT e S. GUINCHARD**
Procédure Civile, 20.ª edição, Paris, 1981.
3. *Enciclopedia del Diritto* – 42 vols., Giuffré, Milão.

Materiais de referência

- **Sumários desenvolvidos** elaborados pela titular da disciplina, que integram o seu livro “Lições de Processo Civil de Macau – Processo de Declaração – Procedimentos Cautelares – Processo de Execução”, segunda edição revista e ampliada, Junho de 2015, publicação conjunta da Universidade de Macau e da Editora Almedina, de Coimbra, Portugal..

- **Sinopses** de algumas matérias mais complexas, que constituem **ANEXOS** aos sumários desenvolvidos, também elaboradas pela titular da disciplina, e que fazem parte integrante da mesma obra.
